



Propostas do Conselho Brasileiro na Suíça à III Conferência Brasileiros no Mundo

O Conselho Brasileiro na Suíça defende que a amplitude de propostas e reivindicações das comunidades brasileiras no exterior, resultantes das Conferências “Brasileiros no Mundo” promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores, e de diversas iniciativas da sociedade brasileira, sejam consolidadas em um Projeto de Lei do Estatuto da Cidadania Brasileira no Exterior, a ser encaminhado pela Presidência da República ao Congresso Nacional, dotando de força política o amplo processo de mobilização social.

Como contribuição às discussões, listamos a seguir propostas concretas, de acordo com temas específicos.

Direitos Previdenciários:

1. Fomentar acordos bilaterais na área da Previdência Social entre o Brasil e o maior número possível de países, para o reconhecimento do tempo de contribuição com vistas à aposentadoria e a transferência dos fundos recolhidos nos vários países.

Direitos Sociais:

1. Garantir assistência integral às brasileiras e brasileiros presos no exterior, aos deportados, às vítimas de tráfico de pessoas e de exploração laboral, aos que tiveram sua entrada no país recusada ou foram vítimas de qualquer tipo de discriminação, em parceria com entidades que atuem nessa área.

Educação:

1. Apoiar o ensino da Língua Portuguesa e cultura do Brasil nos diversos países da emigração brasileira, criando um espaço oficial de interlocução do Estado Brasileiro com as associações para tratar de assuntos referentes à formação dos filhos dos emigrantes.
2. Facilitar, por meio do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e outros, acesso a material didático e paradidático gratuito, além do acesso público aos materiais disponibilizados na Internet.
3. Disponibilizar recursos públicos (financeiros, humanos e técnicos) para a formação de professores de língua portuguesa, história, geografia e cultura geral brasileira, visando à educação dos filhos de emigrantes brasileiros e à adequada promoção da cultura brasileira no exterior.
4. Utilizar os espaços dos Centros de Cultura Brasileira no Exterior para fortalecer e promover propostas ligadas à educação infantil.
5. Ampliar, fortalecer e consolidar acordos de cooperação educacional já existentes no âmbito do ensino superior, intensificando a reciprocidade no reconhecimento e validação dos diplomas por ambos países.
6. Estender a todos os países com representação brasileira a possibilidade de realizar os exames de Supletivo do 1. e 2. Grau, a exemplo do que já ocorre no Japão e na Suíça.

Cultura:

1. Garantir maior transparência por parte das Embaixadas e dos Consulados na definição de atividades e aplicação do orçamento na área da cultura, com prévio estabelecimento de critérios de escolha e divulgação dos projetos e convênios junto à comunidade brasileira local.
2. Solicitar à Fundação Nacional do Livro, Editoras e outros organismos públicos a doação às associações de brasileiras e brasileiros de livros brasileiros, principalmente aqueles levados a feiras internacionais.
3. Ampliar a abrangência da Lei Rouanet de Incentivo a Cultura para projetos culturais realizados por associações sediadas no exterior.

Registro Consular:

1. Realizar campanhas de sensibilização e informação para estimular o registro consular, em parceria com as associações brasileiras no exterior, suprimindo o item 'status migratório' da ficha de registro (ou matrícula) de todos os Consulados.
2. Reforçar a importância do sigilo das informações consulares, a fim de evitar que a quebra de sigilo resulte em prejuízo de cidadãos e cidadãs brasileiros em situação irregular.

Serviços Consulares:

1. Eliminar a obrigatoriedade de assinatura do pai ou mãe estrangeira na emissão do passaporte brasileiro, a fim de resguardar à criança o direito de ter seu passaporte brasileiro, mesmo que uma das partes não esteja de acordo.
2. Simplificar o processo de homologação de divórcio no Brasil, por meio da não exigência da assinatura do parceiro estrangeiro.
3. Determinar o reconhecimento automático de todos os registros expedidos pelos Consulados, eliminando a exigência de sua transcrição no Registro Civil Brasileiro.
4. Otimizar e aperfeiçoar o trabalho realizado pelos Consulados e Embaixadas, adequando as instalações e meios utilizados, adaptando os quadros de pessoal à crescente demanda, fomentando a formação e capacitação de pessoal, além da criação de um canal aberto de comunicação com a comunidade de sua jurisdição.

Representação política:

1. Reforçar a atual estrutura de Convenções Parlamentares, estendendo o voto das brasileiras e brasileiros no exterior também para Deputados Federais e Senadores.
2. Transformar a Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior em Secretaria Especial, diretamente ligada ao Ministro das Relações Exteriores.
3. Utilizar o recém-eleito Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior (CRBE) como canal específico de comunicação e diálogo para facilitar e consolidar o processo de interlocução entre a comunidade brasileira e o Ministério das Relações Exteriores.
4. Constituir uma Comissão Parlamentar no Congresso Nacional para tratar de assuntos relativos à emigração brasileira.
5. Melhorar a comunicação, o diálogo e o relacionamento entre as Embaixadas, os Consulados e as entidades brasileiras no exterior.

Representatividade em relação às Conferências „Brasileiros no Mundo“:

1. Determinar a realização de reuniões abertas a todas as brasileiras e brasileiros no exterior, a serem promovidas pelos consulados locais para a eleição dos representantes convidados às Conferências.
2. O número de delegados deve ser limitado para garantir a eficácia e produtividade do encontro e deve ser razoavelmente proporcional à quantidade de brasileiras e brasileiros residentes em cada país de emigração. Caberá ao MRE fazer esse mapeamento e propor o número de delegados por cada jurisdição consular.
3. Os delegados deverão ter pelo menos três anos de residência no exterior, além de amplo conhecimento da realidade da comunidade brasileira local e do contexto da migração.
4. Determinar a criação de Conselhos de Cidadãos no âmbito da jurisdição consular, composto por representantes das cidadãs e cidadãos, eleitos por voto direto. O colégio eleitoral para a escolha desses representantes deve ser composto por emigrantes brasileiros residentes na jurisdição de cada Consulado. Esse Conselho deve ser uma instância de diálogo institucional entre os emigrantes e o Estado brasileiro a nível local e poderá desenvolver atividades comuns, canalizar propostas, discutir assuntos de interesse da comunidade, etc.
5. Viabilizar, no âmbito do Orçamento Geral da União, recursos financeiros para que o Ministério das Relações Exteriores possa efetivamente apoiar propostas das associações de brasileiros e brasileiras emigrantes.
6. Facilitar o apoio financeiro das empresas brasileiras a projetos desenvolvidos por associações brasileiras no exterior, por meio de incentivos fiscais.

Conselho Brasileiro na Suíça

www.conselho-brasileiro.ch

info@conselho-brasileiro.ch

Tel/fax: +41 61 423 03 47

Postfach 5746

3001 Bern

Switzerland